

Famílias empobrecem em 9 anos, aponta IBGE

Caiu no período o percentual de núcleos familiares com renda mensal superior a seis salários mínimos e aumentou o número dos que vivem com menos do que isso — sendo que 2,7% das famílias concentram 19,9% da renda no país. Os dados são da Pesquisa de Orçamento Familiar, divulgada ontem. **Mercado p.1**

Família brasileira empobreceu em nove anos, aponta IBGE

Percentual que vive com menos de 6 salários mínimos cresce e atinge 73%

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em nove anos, caiu o percentual de famílias brasileiras que têm renda mensal superior a seis salários mínimos e aumentou o número delas que vive com menos do que esse valor.

Os dados são da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), divulgada nesta sexta (4) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A pesquisa mostra ainda que 2,7% das famílias brasileiras concentram 19,9% da renda. Outros 23,8% vivem com menos de dois salários mínimos por mês, em um sinal de que a desigualdade de renda permanece grande no país.

Os dados reforçam ainda que a renda com aposentadorias e pensões é um dos fatores que ajuda a ampliar a distância entre os extremos no país.

A POF traça um perfil dos hábitos de consumo e das condições de vida do brasileiro e é usada como parâmetro para outras pesquisas do IBGE, como o cálculo da inflação e o do PIB (Produto Interno Bruto, além de embasar estudos sobre desigualdade.

Na comparação com a pesquisa anterior, realizada em 2008 e 2009, houve crescimento no percentual de famílias nas classes mais pobres da população. Ao todo, 73,03% das famílias brasileiras receberam menos de seis salários mínimos por mês entre 2018 e 2019. Há nove anos, eram 68,4%.

A maior alta se deu entre os que ganham até dois salários mínimos, que passaram de 21,63 para 23,86 das famílias brasileiras. Na outra ponta,

o percentual das que ganham mais de 25 salários mínimos caiu de 3,81% para 2,67%.

A mudança pode ser explicada pela queda na renda após a recessão, mas especialistas advertem que fatores como aumento do poder de compra do salário mínimo e mudanças no número de membros das famílias também impactam o resultado.

A pesquisa considera a existência de 69 milhões de famílias no país. Quase um quarto delas, ou 16,4 milhões, vive com apenas dois salários mínimos, já considerando o que o IBGE classifica como "rendimentos não monetários" -- produção própria, trocas ou doações, por exemplo.

Nessa classe, apenas 41% do rendimento médio (ou R\$ 510,18) vem do trabalho. Transferências do governo, como aposentadorias e programas sociais, são responsáveis por 28,8%, enquanto fontes de rendimento não monetário contribuem com 28,2%. Essa classe engloba 44,8 milhões de pessoas.

Já na classe mais alta, aqueles com renda média acima de R\$ 23.850, o trabalho garante 69% do total. São 1,8 milhão de famílias. Considerando uma média de 3,07 pessoas por família, é como se 20% da renda brasileira estivesse concentrada apenas entre as populações de Fortaleza e Salvador.

Segundo a POF, o rendimento médio é de R\$ 5.426,70. Na média, 57,5% são provenientes da renda do trabalho. Outros 19,5% vêm de aposentadorias, programas sociais e outras transferências. Na média, os rendimentos não monetários contribuem com 14,5%.

A dependência de transferências é maior do que a verificada na pesquisa anterior, quando 18,5% da renda vinha de aposentadorias, pensões e programas sociais. A parcela relativa a esses últimos, porém, é pequena, de apenas 1% na média nacional.

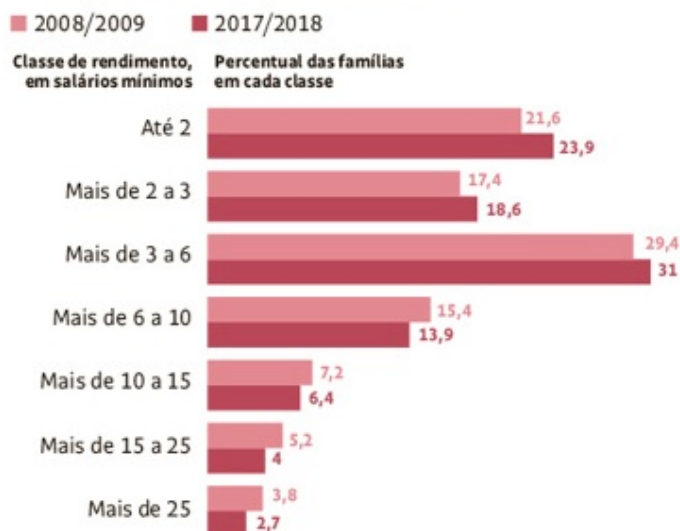
As transferências têm maior relevância nas áreas rurais e na região Nordeste, recortes em que ela representa quase um quarto da renda. Na última pesquisa, 22,5% da renda das famílias nordestinas vinha de aposentadorias e programas sociais. Agora, são 24,6%.

Entre as famílias mais pobres da região, a dependência é ainda maior: quase um terço da renda daqueles que vivem com menos de dois salários mínimos vem dessa fonte.

Os dados do IBGE mostram que as transferências também impactam na distribuição de renda.

Famílias com renda superior a 25 salários mínimos recebem, em média, R\$ 4.276,02 com aposentadorias e pensões, enquanto aquelas com renda inferior a dois salários mínimos ficam com R\$ 207,17.

Famílias por classe de rendimento



Fonte: IBGE

Brasileiro destina fatia para dívidas e tem menos dinheiro para investir

Pesquisa mostra que cresceram os gastos com educação, saúde e higiene e cuidados pessoais

Nicola Pamplona, Eduardo Cuculo e Tássia Kastner

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O brasileiro tem dedicado uma fatia maior do orçamento para pagar dívidas e está com menos dinheiro para investir. A conclusão é da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) 2017-2018, divulgada nesta sexta (4) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A pesquisa mostra ainda que, entre as despesas correntes das famílias, cresceram os gastos com educação, saúde e higiene e cuidados pessoais.

O maior acesso a smartphones também impactou o orçamento, com alta de 200% nos gastos com celular e acessórios.

A pesquisa concluiu que despesa média das famílias brasileiras é de R\$ 4.649,03. Desse total, 92,7% são destinados a despesas correntes, com moradia, transporte, educação e consumo, percentual praticamente estável em relação à pesquisa anterior.

A parcela destinada ao pagamento de dívidas cresceu de 2,1% para 3,2%, puxada pela quitação de empréstimos, que subiu de 1,4% para 2,4%. Já a fatia para aumento do ativo, ou investimentos, caiu de 5,8% para 4,1%, com menos espaço para gastos em aquisição de imóveis e reformas.

“As famílias estão gastando muito com manutenção e ficando com menos dinheiro para fazer investimento”, comentou o gerente da pesqui-

sa, André Martins.

O resultado mostra interrupção de movimento de alta no investimento captada pelo levantamento anterior.

A parcela destinada a outras despesas correntes, como o pagamento de impostos, contribuições trabalhistas ocupa 11,7% do orçamento. Neste item, houve grande alta das tarifas bancárias, cuja fatia no orçamento das famílias cresceu 150% desde a última pesquisa.

O dado mostra que a concorrência de fintechs e seus serviços financeiros sem custos ainda não foi suficiente para deter o crescimento do peso desses serviços no orçamento. As tarifas bancárias responderam por 1% da despesa, contra 0,4% na pesquisa anterior.

Entre as despesas correntes de maior peso no orçamento, houve queda das fatias destinadas a alimentação (-1,9 ponto percentual) e transporte (-1,4 ponto percentual), que representaram, respectivamente, 14,2% e 14,6% do orçamento. A parcela da habitação, a maior delas, ficou praticamente estável, em 29,6%.

Pela primeira vez, a despesa com transporte ultrapassou a parcela destinada à alimentação, embora a pesquisa mostre aumento nos gastos com alimentação fora de casa tanto entre os mais ricos quanto entre a população da zona rural.

Historicamente, os levantamentos do IBGE mostram que

o gasto com alimentação tem caído, as despesas com habitação e transportes apresentam ligeira estabilidade, enquanto as áreas de saúde e educação ganham relevância no orçamento familiar.

A fatia destinada ao gasto com educação cresceu 52%, passando de 2,5% para 3,8% do orçamento familiar.

Destaca-se o aumento da parcela com cursos regulares e superiores, de 1,4% para 2,2%. Os gastos com saúde passaram de 5,9% para 6,5%.

De acordo com o IBGE, a fatia destinada a despesas com celulares e acessórios cresceu 200%, para 0,9% do orçamento das famílias. Planos de assinatura de TV a cabo e internet também passaram a ter parcela maior, de 1,1%, alta de 83,3%.

A fatia do orçamento destinada a higiene e cuidados pessoais, que já havia mostrado alta na pesquisa anterior, subiu 52,63%, para 2,9%.

Nesse item, dobrou a parcela usada para comprar sabonetes e produtos para cabelo, por exemplo.

Para recreação e cultura, a parcela subiu de 1,6% para 2,1%.

A pesquisa mostra grandes diferenças nos hábitos de consumo dos mais ricos e dos mais pobres.

No caso da saúde, por exemplo, os mais pobres têm um gasto maior com remédios, enquanto os mais ricos dedicam fatia maior do orçamento a planos de saúde.

Principais gastos dos brasileiros

Em %



Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018. IBGE.

Dependendo do critério adotado, desigualdade de renda pode ser ainda maior**ANÁLISE****Fernando Canzian**

SÃO PAULO A Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 joga luz somente sobre um lado da questão da concentração de renda brasileira.

Realizada por mil agentes que visitaram mais de 75 milhares em 1.900 municípios, ela difere de levantamentos que levam em conta também declarações de imposto de renda e outros rendimentos financeiros, e que revelam ganhos muitas vezes não comentados em entrevistas domiciliares.

Na POF, 2,7% das famílias concentram 19,9% da renda. Já o Relatório da Desigualdade Global, da Escola de Economia de Paris (que combina pesquisas domiciliares, contas nacionais e declarações de IR), sustenta que o 1% "super-rico" no Brasil captura 28,3% dos rendimentos brutos totais.

Assim, o Brasil seria o país com a maior concentração de renda no 1%, atrás somente do minúsculo Qatar, emirado absolutista governado pela mesma família desde o século 19.

A mais recente crise econômica do país só piorou o quadro, provocando um aumento da desigualdade de renda por mais de quatro anos consecutivos. No período, os mais pobres não só foram os mais afetados pelo desemprego como perderam mais rendimentos.

Segundo dados do FGV Social, entre o fim de 2014 e junho deste ano, a renda per capita do trabalho dos 50% mais pobres no país despencou 17,1%, enquan-

do a dos 10% mais ricos subiu 2,5% em termos reais (acima da inflação). Já o 1% mais rico foi quem mais ganhou: 10,1%.

Mas a nova POF traz outro dado interessante a respeito da dinâmica do desenvolvimento e da concentração de renda no Brasil.

Segundo o levantamento, o maior valor médio recebido pelas famílias pesquisadas foi encontrado no Centro-Oeste (R\$ 6.772,86), correspondente a 125% da média nacional e maior até do que os rendimentos no Sudeste (R\$ 6.391,29).

O Centro-Oeste não só é a região menos populosa do país, com cerca de 7,6% dos brasileiros, como é a mais dinâmica do agronegócio, atividade que tende a concentrar cada vez mais a renda ao se aperfeiçoar com a mecanização da produção.

Outro dado da pesquisa revela como a questão da tributação regressiva contribui para a desigualdade ao impor uma carga tributária proporcionalmente mais pesada sobre os mais pobres via consumo, sobretudo na alimentação.

Enquanto as famílias que vivem com até dois salários mínimos (R\$ 1.908) comprometem quase um quarto de seus rendimentos com produtos alimentícios, aquelas que ganham acima de 25 salários mínimos (R\$ 23.850) gastam nisso apenas 7,6% do total.

Outros dados recentes do IBGE revelam a dificuldade que os mais pobres ainda têm pela frente para superar os efeitos da crise sobre seus rendimentos, apesar da tênue melhora no mercado de trabalho.

No trimestre até agosto, o rendimento médio dos brasileiros foi de R\$ 2.298, queda de 0,2% em relação a igual período de 2018 e a quarta retração seguida.

Rico recebe 20 vezes mais que pobre na Previdência

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A renda média das famílias mais ricas com aposentadorias e pensões supera em 20 vezes o valor recebido pelas famílias mais pobres do país.

A desigualdade nos benefícios é um dos argumentos usados pelo governo para ganhar apoio à reforma da Previdência. Segundo a POF, as famílias com renda superior a 25 salários mínimos recebem, em média, R\$ 4.276,02 com aposentadorias e pensões.

Já as com renda inferior a dois salários mínimos recebem R\$ 207,17.

Os valores consideram tanto os benefícios recebidos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) —que paga as aposentadorias do setor privado— quanto as aposentadorias dos regimes próprios de previdência, pagas pelos governos federal, estaduais e municipais a seus servidores públicos.

Na média nacional, as famílias brasileiras recebem R\$ 854,55 em aposentadorias e pensões.

O valor representa 15,7% do rendimento das famílias, que é de R\$ 5.426,70, de acordo com o IBGE. Para a classe mais pobre, a dependência é maior, de 16,6%. Nessa classe, estão 24,6% das famílias brasileiras.

Para os mais ricos, ou 2,7% das famílias, as aposentadorias e pensões representam 8,6% da renda média, que somava R\$ 23.850 em janeiro de 2018, data base da pesquisa.

Do total recebido pelos mais pobres, R\$ 197,32 vêm do INSS. O valor referente a aposentadorias públicas é de apenas R\$ 9,85. No caso dos mais ricos, as aposentadorias públicas têm peso maior: R\$ 3.037,24 por mês, contra R\$ 1.238,78 dos benefícios do INSS.

Em discursos e entrevistas,

o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem usado o termo “fábrica de desigualdades” para se referir ao sistema atual.

Já aprovada na Câmara dos Deputados, a reforma está hoje no Senado, onde o governo vem enfrentando obstáculos.

Nesta semana, os senadores condicionaram a votação em segundo turno na Casa ao destravamento do debate sobre o rateio do bônus de assinatura do megaleilão do pré-sal, marcado para novembro.

O governo se comprometeu a destinar 30% do valor arrecadado no leilão a estados e municípios, mas o modelo proposto enfrenta resistências na Câmara.

A proposta de reforma não mexe na aposentadoria dos estados e municípios, que é tema de um projeto paralelo em discussão no Congresso.

As famílias ricas também recebem mais recursos da previdência privada. Em 2018, fo-

ram R\$ 665,36, o equivalente a 1,6% da renda, superior à média nacional, de 0,7%.

Já as famílias mais pobres, praticamente não têm renda com aposentadoria privada, com uma média de apenas R\$ 0,56 por mês.

Menos de 3% das famílias se apropriam de 20% da renda

Segundo o IBGE, 2,7% das famílias brasileiras concentram 19,9% da renda no país. São cerca de 1,8 milhão de famílias que têm rendimento superior a R\$ 23.850 por mês.

Considerando que esses domicílios têm, em média, 3,07 pessoas, é como se 20% da massa de rendimento familiar do país ficasse concentrado apenas com as populações de Fortaleza e Salvador.

Na outra ponta, um quarto das famílias recebem menos de dois salários mínimos por mês e se apropriam de apenas 5,47% da renda. Essa classe engloba 44,8 milhões de pessoas, o equivalente à população do estado de São Paulo.

A POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) foi realizada entre os anos de 2017 e 2018 para traçar um perfil das despesas e da renda dos brasileiros. A pesquisa é, entre outras coisas, para definir o cálculo da inflação no país. A última edição foi realizada entre 2008 e 2009.

Na edição atual, o IBGE estima que o rendimento médio das famílias brasileiras é de R\$ 5.426,70. Entre as regiões, as famílias do Centro-Oeste têm o maior rendimento médio (R\$ 6.772,86). A menor média está na região Nordeste: R\$ 3.557,98. No Sudeste, é R\$ 6.391,29.

Da renda média brasileira, 57,5% são provenientes do rendimento do trabalho e outros 19,5% vêm de aposentadorias, programas sociais e outras transferências. Uma parcela de 14,5% é considerada rendimento não monetário, que inclui por exemplo produção própria e doações.